



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA**

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56  
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

<b>PMSC</b>
Fls. 256
Ass. 
50170
Mat.

## PARECER JURÍDICO

**Processo nº:** 129.007/2021

**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**Objeto:** Aquisição de material, equipamentos e periféricos de informática para atender as necessidades das Secretarias e Fundos Municipais do Poder Executivo de Serra Caiada/RN.

**EMENTA:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão eletrônico. Fornecimento de material, equipamentos e periféricos de informática. Minuta de Edital. Análise jurídica prévia. Necessidade de adequações no edital e na pesquisa mercadológica.

### I - RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com vistas à **contratação de empresa para fornecimento de material, equipamentos e periféricos de informática.**

Os autos, **contendo 1 volume e 205 páginas**, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos: solicitação de despesa, termo de referência, **pesquisa mercadológica junto a fornecedores e no Painel de Preços**, despacho informando a existência de dotação orçamentária, declaração informando a existência de disponibilidade financeira, autorização de abertura da licitação, designação do pregoeiro e da equipe de apoio, encaminhamento das minutas e anexos do edital para parecer.

Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria, para a análise prévia dos aspectos jurídicos da minuta de edital elaborada, conforme previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir ao Município no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

### II - ANÁLISE JURÍDICA

#### **2.1 – Escolha da modalidade licitatória**

O pregão consiste em modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520/2002, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA**

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56  
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

<b>PMSC</b>
Fls. 257
Ass.
50170
Mat.

Nos termos do parágrafo único do art. 1º do referido diploma legal, são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Isso posto, observa-se que a **contratação de empresa para fornecimento de material, equipamentos e periféricos de informática**, salvo melhor juízo, se enquadra na categoria de "bens comuns", conforme foi atestado no Termo de Referência e pelo próprio Pregoeiro.

## 2.2 – Requisitos legais para a realização do pregão na forma eletrônica

O pregão é regido pela Lei nº 10.520/2002, pelos Decretos nº 3.555/2000e nº 10.024/2019, assim como, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002, que assim dispõe:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

No Decreto nº 10.024/2019, por sua vez, são apresentados os requisitos para instrumentalização do Pregão Eletrônico, a saber:

**Art. 8º** - O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - termo de referência;

III - planilha estimativa de despesa;

IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços; -

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA**

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56  
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

<b>PMSC</b>
Fls. <u>258</u>

Ass. <u>50170</u>
Mal.

- VII - edital e respectivos anexos; -
- VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- IX - parecer jurídico;

*Omissis.*

§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

Com efeito, no aspecto formal, tem-se que o processo em análise cumpriu os requisitos dos supracitados dispositivos legais. Digno de nota, ainda, que o Termo de Referência, adotou como parâmetro o modelo fornecido pela Advocacia Geral da União (AGU), conforme Enunciado 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas, também editado pela AGU<sup>1</sup>.

Ainda em consonância com o Manual de Boas Práticas Consultivas, observa-se que a minuta de edital para o Pregão Eletrônico adotou em quase sua integralidade o modelo fornecido pela AGU em seu site eletrônico, elaborado em dezembro de 2019<sup>2</sup>, tendo sido realizadas as adequações necessárias as particularidades da municipalidade. Todavia, em alguns pontos, tais modificações devem ser refutadas, conforme explanação a seguir.

No que tange ao parâmetro de preços, constata-se que alguns itens não possuem cotação mínima junto a fornecedores, como, por exemplo, *scanner de mesa*. Desse modo, recomenda-se que quando houver a realização de pesquisa mercadológica de preço perante fornecedores, o referido item deve ter, no mínimo, a cotação de preços junto a três empresas.

Por outro lado, há alguns itens com variação de preços excessiva (Drone e outros), o que torna necessária a análise crítica desses valores e, se necessário, a dispensa desta cotação específica e a busca por cotações em outras fontes de pesquisa (TCU no Acórdão 403/2013 – Primeira Câmara e Acórdão 1108/2007)..

Desse modo, deve o processo retornar ao setor de cotação de preços para conclusão e correção da pesquisa mercadológica nos pontos aqui destacados.

**Em segundo plano, com esteio no disposto no inciso II, do art. 3º da Lei nº 10.520/2002, entende-se que o objeto da licitação não está suficientemente claro**

<sup>1</sup>[https://www.saude.gov.br/images/manual\\_de\\_boas\\_praticas\\_consultivas\\_4\\_edicao\\_revista\\_e\\_amplia\\_da\\_-\\_versao\\_padrao.pdf](https://www.saude.gov.br/images/manual_de_boas_praticas_consultivas_4_edicao_revista_e_amplia_da_-_versao_padrao.pdf)

<sup>2</sup>[https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/373175](https://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/373175)



<b>PMSC</b>
Flg. 259
Ass. 50170
Mat.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA**  
Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56  
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: pmserracaiada@gmail.com

**ma vez que alguns itens (drone, câmeras fotográficas, baterias) não se enquadram como material de informática, motivo pelo qual se sugere a inclusão de novas expressões que facilitem a identificação dos itens que serão licitados, tais como: equipamentos eletrônicos diversos etc.**

Nesse desiderato, ao se compulsar os autos, salvo melhor juízo, pode se considerar atendidas as exigências normativas no que tange aos aspectos jurídico-formais do edital, **devendo apenas ocorrer a retificação do objeto do certame, assim como das questões envolvendo a pesquisa mercadológica.**

### **III - CONCLUSÃO**

Com efeito, sob o ângulo jurídico-formal, salvo melhor juízo, **a minuta do edital e os anexos do Processo nº 129.007/2021 estão parcialmente em conformidade com a legislação de regência,** na medida em que não foram observadas todas as regras e exigências da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/2002 e decretos correlatos.

Diante do exposto, **uma vez adotadas as medidas sugeridas, opina-se pela aprovação da minuta em comento, propondo-se o retorno do processo para a Comissão de Licitação para correção da minuta de edital e para o Setor de Compras para conclusão da pesquisa mercadológica,** ressaltando que se faz desnecessária nova análise para verificação do cumprimento das recomendações eventualmente formuladas, na forma prevista no Enunciado 5 do Manual de Boas Práticas Consultivas<sup>3</sup>.

Serra Caiada/RN, 11 de maio de 2021.

**Ednaldo Patrício da Silva**  
Procurador Municipal

<sup>3</sup> BCP nº 5 Enunciado Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas. (Manual de Boas Práticas Consultivas. 4ª edição revista, ampliada e atualizada. 2016. AGU).